

## **SURDEZ: UMA ABORDAGEM SOBRE A PERSPECTIVA ORALISTA**

**Fábia Sousa de Sena**  
**Lyedja Syméa Ferreira B. Carvalho**  
**Manoel Alves Tavares de Melo**

*Universidade Federal da Paraíba – [fabiasena1@gmail.com](mailto:fabiasena1@gmail.com)*  
*Universidade Federal da Paraíba – [lyedjasymea@gmail.com](mailto:lyedjasymea@gmail.com)*  
*Universidade Federal da Paraíba - [matmelo@uol.com.br](mailto:matmelo@uol.com.br)*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma abordagem da Surdez de acordo com a Corrente Oralista difundida no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que envolve a pesquisa em obras de estudiosos que defendem a aquisição da linguagem do surdo através do Oralismo, sendo esta corrente conceituada como um método que se utiliza de técnicas e aparelhos para viabilizar a audição, a aquisição da fala oral por sujeitos surdos e, conseqüentemente, a sua melhor integração na sociedade. A pesquisa está ancorada em alguns estudiosos da área como: Goldfeld (2002), Moura (2000, 2011), Santana (2007), entre outros que acreditam que a estimulação auditiva, através de aparelhos de amplificação sonora ou implante coclear, possibilitam o desenvolvimento da língua oral e falada, sendo a melhor maneira de inclusão do surdo na sociedade. A pesquisa em tela apresenta como resultado que não há um método correto, mas caminhos a serem seguidos que, de acordo com a realidade do surdo, será o mais eficaz para o seu desenvolvimento e interação em seu meio.

**Palavras-chave:** Surdez, Oralismo, Inclusão.

### **Introdução**

O Oralismo é uma metodologia de ensino aplicada nas práticas pedagógicas desenvolvidas ao educando surdo. A referida corrente foi oficializada a partir do Congresso Internacional de Educação de Surdos que ocorreu em Milão no ano de 1880, definindo o Oralismo como única metodologia que deveria ser destinada ao ensino da população surda, com o objetivo de integrar o surdo no mundo dos ouvintes.

Assim, com o argumento de integração do surdo na sociedade e o amplo acesso à educação, foi orientado que as crianças surdas deveriam ser matriculadas nas escolas regulares e utilizados métodos oralistas em seu processo de aprendizagem.

A corrente oralista perdurou, por aproximadamente, um século e se caracteriza por apresentar aos surdos a necessidade de aprender a falar. Para tanto, eram utilizados métodos severos de fonoarticulação, treinamento de leitura labial e, muitas das vezes, o acorrentamento das mãos, na tentativa de impedir o surdo de realizar a sinalização.

O Oralismo perdeu forças a partir da promulgação da Lei 10.436/2002, que reconheceu a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como língua oficial do surdo em todo o território nacional, estabelecendo-a como língua materna no currículo da pessoa surda,

orientando a Língua Portuguesa, como segunda língua no currículo do surdo, na modalidade escrita, tornando o indivíduo surdo, bilíngue.

No entanto, ainda nos dias atuais vivemos a dialética entre o Oralismo e o Bilinguismo, ou seja, as duas correntes permanecem ativas, sendo de responsabilidade da família, a decisão do caminho a trilhar diante da situação posta.

Importante frizar que, atualmente, a corrente oralista se utiliza de diversas metodologias de oralização, que possuem práticas diferenciadas e, na maioria das vezes, se baseiam em pressupostos teóricos diferenciados, no entanto, apresenta como ponto convergente, a língua oral como a melhor forma de comunicação do sujeito surdo, desprezando a gestualização, assim como a língua de sinais.

De acordo com Goldfeld (2002), o Oralismo concebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva, possibilitando o surdo a integrar-se na comunidade ouvinte, porém para que se obtenha um bom resultado, se faz necessário a colaboração de todos que fazem parte do meio social em que a criança surda está inserida, ou seja, requer um esforço significativo da pessoa surda, assim como da família e da escola, sendo de extrema relevância a participação de profissionais especializados como o fonoaudiólogo, além de equipamentos como o de amplificação sonora individual.

Desse modo, o presente artigo tem como finalidade refletir a abordagem da surdez sob o ponto de vista da corrente oralista, baseado na perspectiva de revisão bibliográfica, envolvendo estudiosos que defendem o Oralismo como método mais apropriado à educação do sujeito surdo.

### **Breve histórico da surdez no Brasil**

O percurso histórico do sujeito surdo em nosso país teve uma longa e árdua caminhada até chegar ao que conhecemos atualmente como inclusão, desenhando um quadro político que tem avançado gradativamente, mas que ainda tem muito a percorrer na busca da igualdade de direitos.

No Brasil, a primeira escola para surdos foi fundada no ano de 1857, no estado do Rio de Janeiro com o apoio de D. Pedro II, pelo professor surdo francês, Ernest Huet, com o nome de Imperial Instituto de Surdos Mudos que hoje é conhecida como INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Na época da fundação do instituto, os alunos surdos recebiam educação através do método da língua de sinais que, segundo Goldfeld (2002), foi difundida no Brasil através dos ensinamentos de Huet.

Com a saída do francês Ernest Huet da direção do instituto no ano de 1862, a direção foi assumida por sucessores ouvintes, que não eram especializados em surdez. Assim, de acordo com Moura (2000), após uma inspeção do governo no instituto, no ano de 1868, foi verificado que o instituto estava servindo de asilo para surdos e, por causa disso, no ano de 1873 “foi aprovado o projeto de regulamento em que foi estabelecido a obrigatoriedade de ensino profissional e o ensino da linguagem articulada e leitura sobre os lábios” (MOURA, 2000, p. 82).

No entanto, no ano de 1880, após o Congresso Internacional de Educação de Surdos ocorrido em Milão, seguindo uma tendência mundial, o instituto passou a abordar o método oralista, tendo como primeira medida a ser adotada para a prática do Oralismo, a proibição dos alunos de utilizarem a língua de sinais. De acordo com Kalataí e Streiechen (2012), os alunos surdos eram obrigados a sentarem sobre as mãos para aprenderem com maior facilidade a oralização.

Segundo Goldfeld (2002, p. 34), a finalidade do “oralismo é fazer a reabilitação da criança surda em direção a normalidade”, estimulando-a a integrar-se na comunidade ouvinte.

Após, aproximadamente, cem anos de dominação da corrente oralista, percebendo-se pouco desenvolvimento do sujeito surdo, surgem diversas pesquisas que apontaram a importância da língua de sinais para o desenvolvimento cognitivo do surdo. Desse modo, no ano de 1968, surge a filosofia da Comunicação Total, que é caracterizada como “língua falada sinalizada” e, nessa concepção de linguagem, era permitido ao surdo fazer uso tanto da oralidade quanto dos sinais, gestos, mímicas ou qualquer outro recurso que contribuísse para a ocorrência da comunicação.

De acordo com Marchesi (1995, p. 59), a “Comunicação Total apresenta-se como um sistema de comunicação complementar”, no entanto também não obteve êxito em virtude da utilização do bimodalismo, ou seja, o uso tanto da oralidade quanto dos sinais. Dando espaço ao Bilinguismo que, de acordo com alguns estudiosos, defensores do modelo metodológico bilíngue, a Comunicação Total impossibilitava a aquisição do conhecimento do surdo, em virtude da utilização de duas línguas ao mesmo, a oral e língua de sinais, línguas que possuem características próprias e independentes.

Assim, nesse contexto, surge a filosofia bilinguista, como uma reivindicação da comunidade surda, na busca de uma identidade linguística.

Segundo Goldfeld (2002, p. 42), o “Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, e como segunda língua, a língua oficial de seu país”. Assim, no Brasil, o reconhecimento da Língua

Brasileira de Sinais – LIBRAS, ocorreu no ano de 2002 com o estabelecimento da Lei de nº 10.436, que determina que o surdo deve ser escolarizado na perspectiva do bilinguismo, oficializando o uso da LIBRAS em todo o país.

A referida lei foi regulamentada pelo decreto de nº 5.626/05, importante documento na expansão da LIBRAS como língua oficial em todo o país, dando visibilidade ao surdo e orientando a presença do intérprete na sala de aula, bem como a ministração da LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e no curso de fonoaudiologia, a criação de cursos superiores em Letras-Libras e de cursos de formação de intérpretes, dentre outras providências, que garantem ao surdo acessibilidade linguística e respaldo legal em diversos setores da sociedade.

Segundo Goldfeld (2002, p. 42), “o conceito mais importante que a filosofia bilíngue traz é que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias”, rejeitando a língua oral como canal de normatização para a inclusão na comunidade ouvinte.

### **Concepções sobre Linguagem e Surdez**

O ser humano se constitui através da linguagem e pela linguagem, ou seja, esta linguagem é o que nos torna sujeito de identidade cultural e, como o pensamento é constituído de linguagem, a linguagem e pensamento estão interligados.

De acordo com Lacerda (1998, p. 38), é através da linguagem que “os seres humanos se apropriam da cultura a sua volta e têm acesso aos conhecimentos que foram construídos durante toda a história da humanidade”, tornando possível vislumbrar a importância que a linguagem possui para a formação dos sujeitos que, através dessa linguagem, passam a compreender o mundo a sua volta.

Segundo o paradigma funcional, a língua tem como função a interação social. Dentre as correntes lingüísticas há três concepções de linguagem: Linguagem como expressão do pensamento; Língua como comunicação – língua como código e, por fim, a concepção de linguagem como forma de interação, ou seja, nos tornamos sujeitos pelo uso da língua.

Desse modo, o fato do surdo não falar sempre foi um grande desafio para estudiosos que percebem a importância da aquisição da linguagem para o desenvolvimento cognitivo e social do sujeito. Assim, as discussões que abarcam o sujeito surdo estão relacionadas à busca do preenchimento dessa lacuna, com a finalidade de tornar o surdo no mesmo patamar do ouvinte, para que esse não tenha nenhum prejuízo ou desvantagem diante do sujeito ouvinte.

De acordo com Moura (2011, p. 13) muitas são as “formas de perceber e compreender o que é necessário para que o desenvolvimento da linguagem da criança surda aconteça de

maneira íntegra”, pois, segundo a autora, alguns acreditam na estimulação auditiva, através de aparelhos de amplificação sonora ou implante coclear, possibilitando o desenvolvimento da língua oral e falada, enquanto outros acreditam que a língua de sinais preenche o mesmo espaço da língua falada para os ouvintes. Esses pontos de vista divergentes, de diversos estudiosos da área, perduraram durante anos em nossa sociedade, sendo presentes ainda hoje em nosso meio, na busca da aquisição da linguagem por sujeitos surdos, da melhor forma possível, de modo que a criança surda se desenvolva em seu aspecto linguístico, social, cognitivo e emocional.

Segundo Santana (2007, p. 21), “há uma espécie de competição, de disputa implícita ou explícita para fornecer a solução primordial para o problema da comunicação dos surdos”, para tanto a família tem um papel de grande relevância na constatação da surdez na criança, tendo em vista que é essa família que, inicialmente, será responsável pela escolha do melhor método para inserção desta criança na sociedade, visando a necessidade da aquisição da linguagem para compreender o mundo à sua volta e também se fazer ser compreendida. Desse modo, percebemos que, de acordo com Moura (2011, p. 21), a questão da aquisição linguagem é muito complexa, tendo em vista que:

Ela não envolve apenas uma língua, mas tudo que a cerca – um ambiente social, uma identidade, um grupo. É apenas quando todos esses aspectos são contemplados é que se pode propiciar a um indivíduo a plena aquisição de linguagem que vem englobada na pertinência a um grupo, na própria consciência do indivíduo como ser social e de linguagem, que pode usar essa linguagem mais do que para se comunicar, mas para estabelecer diálogos consigo próprio. É isso que permitirá que o surdo, como qualquer outra pessoa, possa estar no mundo buscando seu lugar e batalhando pelos seus direitos.

Portanto, para que as famílias compreendam a importância dessa linguagem, é necessário um acompanhamento mais próximo a essas famílias que, na maioria das vezes, se sentem perdidas diante dessa nova perspectiva e, por isso, há a necessidade da realização de um trabalho sério de orientação, envolvendo diversos profissionais, com a finalidade de apresentar as metodologias existentes, atualmente, no atendimento ao surdo, além de desenvolver um trabalho psicológico para que estes pais aprendam a aceitar e a lidar com essa criança surda.

Aos pais, que optam pela metodologia oralista com o objetivo da melhor integração da criança surda na sociedade, vislumbrando a surdez como deficiência, buscando a normalidade e a fala, eles deverão buscar ajuda de profissionais para disporem de acompanhamento de

técnicas metodológicas e, até mesmo, de aparelhos tecnológicos apropriados para a busca da possibilidade de ouvir e falar, por parte do sujeito surdo.

### **A contribuição das tecnologias para o surdo**

O avanço da tecnologia propiciou ao surdo significativas mudanças, no modo de vivenciar a surdez, tendo em vista que os surdos foram beneficiados, seja na perspectiva da abordagem oralista ou no bilinguismo.

Em relação à abordagem oralista, os avanços tecnológicos acerca das próteses auditivas apresentam uma obtenção satisfatória de audição, de forma que alguns surdos adquirem, de forma proficiente, o processamento auditivo e a aquisição da linguagem.

Segundo Santana (2007, p. 130), “as próteses auditivas têm sido desenvolvidas com o objetivo de minimizar os efeitos da deficiência auditiva e de promover a audição para que se consiga adquirir uma língua audioverbal”, sendo que o primeiro aparelho auditivo foi desenvolvido por Graham Bell, no final do século XX, e só a partir de então abriu-se caminho para o surgimento de muitos outros dispositivos que auxiliam para a aquisição da linguagem da pessoa surda.

Atualmente, é possível encontrar no mercado aparelhos auditivos sofisticados como próteses auditivas que são vistas, pela sociedade e por muitos pais, como uma esperança de que o surdo torne-se ouvinte e se integre na comunidade dos ouvintes, assim como as tecnologias assistivas em caso de surdez mais profunda. Outro importante aparelho tecnológico na busca de suprir as deficiências dos aparelhos auditivos é o implante coclear, que se apresenta como um eficaz aparelho na habilitação do surdo.

Segundo Fornazari (2008, p. 9), “O Implante coclear é um dispositivo eletrônico inserido cirurgicamente na cóclea de portadores de disacusia sensorial severa e profunda bilateral, com o objetivo de estimular eletricamente as fibras do nervo auditivo de forma a substituir a função da cóclea”, e é um procedimento de alto custo financeiro, no entanto, aproxima o máximo a pessoa surda da condição de ouvinte. Para a sua implantação é necessário que o surdo passe por uma série de procedimentos, com a finalidade de obter seu perfeito funcionamento.

O implante coclear, de acordo com Santana (2007), é um aparelho que apresenta uma eficácia maior que os outros aparelhos auditivos, por promover ao surdo a percepção do som, através da ultrapassagem deste pelas células ciliadas, transformando os sinais elétricos e enviando os sons ao nervo auditivo e ao cérebro, oferecendo, assim, mais acesso que as

próteses tradicionais para a informação da fala e melhora a percepção das crianças que já realizam treinamento auditivo.

Importante explicitar que a pessoa que realiza o implante coclear não deixa de ser um sujeito surdo, porém passa a apresentar melhores condições para a percepção da fala, sendo o aparelho coclear, considerado, por alguns estudiosos que defendem abordagem oralista, como um dos progressos mais importantes da otorrinolaringologia nos últimos anos para o surdo.

No entanto, o implante coclear, assim como os demais aparelhos auditivos, deve ser concebido de forma singular, levando em consideração caso a caso, sendo necessária a realização de um mapeamento geral do indivíduo a ser implantado, como bem nos afirma Costa et al (2005) que alguns dos fatores preponderantes para a realização do implante coclear são: o grau da deficiência auditiva, idade da criança, tempo de privação sensorial auditiva, acesso à terapia fonoaudiológica especializada, desenvolvimento global da criança, a não presença de comprometimentos associados à deficiência auditiva, motivação e participação dos pais no processo de habilitação da criança. Além de tudo isso, o médico e a equipe do implante coclear devem esclarecer às famílias que a cirurgia pode não restaurar a audição normal, mas pode ajudar o paciente a se comunicar com maior facilidade (Oliveira, 2005).

Portanto, fica evidente a importância dos pais em adquirirem informações acerca do implante de forma precisa, de modo que também sejam apresentadas a estes outras propostas metodológicas, nos casos em que não seja possível o implante coclear. Nos casos em que se possa realizar o implante, é necessário informar às famílias a importância do trabalho de uma equipe multiprofissional que acompanhará o pré e pós-operatório.

Diante do exposto, as famílias são responsáveis, pela decisão sobre o melhor caminho para os seus filhos, que vai depender da concepção de surdez e de cultura estabelecida por cada família.

## **Metodologia**

Para o alcance dos nossos objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi; Lakatos (2003, p. 183) tem como objetivo “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Dessa forma a pesquisa bibliográfica

abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas,

monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão [...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Sendo a nossa pesquisa bibliográfica, procuramos os principais teóricos que abordam o tema da presente pesquisa, a fim de que possamos chegar a novas conclusões através dessa pesquisa.

## **Resultados e Discussões**

As abordagens metodológicas das concepções Oralista e Bilinguista convivem atualmente no Brasil e, podemos afirmar que, as duas possuem representatividade ativa em relação ao trabalho com o sujeito surdo.

Embora essas abordagens causem muitas discórdias nos posicionamentos entre profissionais e estudiosos, por possuírem pontos extremamente divergentes, é compreendido que não existe uma verdade absoluta e que a escolha por uma ou outra envolve uma série de questões que ultrapassa o limite do “ouvir” ou não “ouvir”, sendo questões sociais que abrangem aspectos culturais e concepção de surdez.

A surdez pode ser concebida sob três aspectos: médico, educacional e cultural. De acordo com a visão médica, a surdez é classificada como deficiência auditiva que pode ocorrer em níveis diferenciados que vão do ligeiro ao profundo. Do ponto de vista educacional, a surdez está relacionada ao indivíduo não ter a capacidade de aprender a falar, dificultando o seu processo de aprendizagem, sendo as instituições regidas pela Lei 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como língua oficial no currículo da pessoa surda e pelo Decreto Federal 5.626 de 2005, que orienta que as aulas sejam ministradas com a presença de um intérprete de libras, com o objetivo de atender ou minimizar uma necessidade linguística existente por parte do sujeito surdo. Sob o ponto de vista cultural, a surdez é concebida como uma diferença linguística e identidade cultural de um grupo minoritário, e, portanto, sem a surdez não existe a cultura do surdo.

Os grupos que defendem a concepção oralista, se posicionam afirmando que a comunicação oral faz parte da essência humana, sugerindo aos familiares a busca de informações acerca desta abordagem, em virtude da pouca divulgação existente em detrimento do estabelecimento da lei 10.436/2002.

De acordo com Lobato (2011, p.1), “damos ênfase no grupo de surdos oralizados justamente porque nosso grupo tem pouca divulgação e muita gente nem sabe que existimos”.

Desse modo, o movimento dos surdos oralizados, através de um documento encaminhado ao senado em resposta à medida que legaliza a LIBRAS como língua dos surdos, se posiciona a favor da oralização, por meio da seguinte Carta Aberta:

Não sei se V. Exas. sabem da existência dos surdos oralizados. Estes comunicam-se oralmente, sem problemas, embora alguns tenham dificuldade na fala e entendem por leitura labial. Como podem ver, nós, surdos oralizados, por nos comunicarmos oralmente, não usamos língua de sinais. Nada temos contra a língua de sinais, a oralização foi uma opção exclusivamente nossa e de nossos pais, sem menosprezarmos e negarmos nossa surdez, como muitos psicólogos e educadores de surdos gostam de afirmar. Nós, mais do que ninguém, sabemos que somente a oralização amplia nossas possibilidades e iniciativas como qualquer ser humano e, por isso mesmo, acreditamos que somente o oralismo é capaz, como um todo, de nos incluir na sociedade, sem sermos marginalizados (MANIFESTO DE SURDOS ORALIZADOS, 2008).

Portanto, esse movimento acredita que somente por meio da oralização os surdos serão, de fato, incluídos na sociedade, favorecendo a sua autonomia; acredita, ainda, que quem é surdo deve utilizar aparelho auditivo ou realizar o implante coclear, favorecendo o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, intelectuais e sociais, possibilitando uma melhor interação com a comunidade ouvinte.

Desse modo, a Carta Aberta ao Senado em resposta da Lei 10.436/2002, finaliza afirmando que:

Finalizando e resumindo nossa mensagem, a legalização da língua de sinais não nos ajuda, nem resolve nossas dificuldades. Seria como uma obra de fachada, de aparência humanitária. Os surdos não precisam somente de demonstração de humanitarismo do Poder Público. Precisam de um apoio mais direcionado, mais eficaz, mais positivo, mais competente. O que adianta colocar um intérprete de LIBRAS em cada serviço público? Melhor usar esta verba para colocar uma fonoaudióloga em cada escola! Nada adianta nos encaminhar ao aprendizado de uma língua que visa excluir e separar as pessoas (MANIFESTO DE SURDOS ORALIZADOS, 2002).

De acordo com os surdos oralizados, a Língua de Sinais mais exclui do que inclui, em virtude de apenas um grupo se utilizar dessa língua, não abarcando a sociedade no geral. Assim, essa corrente defende a ideia da surdez enquanto deficiência auditiva, visando à reabilitação do sujeito surdo em direção à normalidade, podendo ser minimizada através de estimulação auditiva que se utiliza de diferentes recursos.

Nesse contexto, o Bilinguismo, é visto como uma corrente que cresce a cada dia, abarcando surdos que se aceitam como grupo diferente, minoritário, constituintes de uma cultura própria.

Para os defensores da abordagem Bilingue, o oralismo se apresenta como um método que não atinge resultados satisfatórios, além de discriminar a cultura surda e negar a diferença existente entre surdos e ouvintes.

Lacerda (1998, p. 10), afirma que o Bilinguismo “contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal visogestual de fundamental importância para a aquisição da linguagem da pessoa surda”, tendo em vista que, de acordo com essa corrente, a língua oral não consegue preencher as necessidades linguísticas do sujeito surdo. Assim, ao utilizar uma língua própria, a língua de sinais, o surdo desenvolve sua identidade e sua cultura na interação com os seus pares, desenvolvendo ainda estruturas mentais e gramaticais próprias da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

No entanto, as duas concepções apresentam limitações, apresentando pontos positivos e negativos que precisam ser estudados de forma mais atenta, na hora da sua escolha, visando a atender a necessidade da realidade existente.

### **Considerações Finais**

No presente escrito buscamos conhecer e discutir acerca da abordagem oralista utilizada nas metodologias para o sujeito surdo, visando à integração desse sujeito na comunidade de ouvintes.

Refletimos, ainda, acerca das correntes que permearam a história da educação do sujeito surdo no Brasil a partir da fundação do Imperial Instituto de Surdos Mudos, no ano de 1857, apresentando a importância do conhecimento de cada uma dessas correntes, antes da escolha da metodologia a ser selecionada ou aplicada ao surdo, tendo em vista que esta escolha, geralmente é realizada pela família que, na maioria das vezes, desconhece o assunto e necessitará de um acompanhamento de profissionais capacitados que apresentem as abordagens existentes, lembrando que os reflexos desta escolha se fará presente durante todo o percurso do surdo.

A história do surdo no Brasil passou por um longo processo de legitimação e muitas são as discussões que envolvem a escolha da metodologia mais eficaz para que o surdo seja inserido na sociedade visando à aquisição da linguagem e interação com o meio em que vive.

Desse modo, as pesquisas que abordam a surdez no Brasil têm se apresentado relevante para a sociedade por apresentarem discussões que abordam não apenas a área médica, mas também a área educacional, na busca do melhor método a ser adotado em sala de aula para o aluno surdo.

No decorrer da história do surdo, nos deparamos com três importantes correntes de abordagem metodológica: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo, que apresentam perspectivas divergentes e posicionamentos diferenciados por parte dos estudiosos da área acerca do método mais adequado para a aprendizagem do surdo.

As discussões frequentes entre as correntes existentes atualmente em nosso país perpassam sobre aspectos sociais, intelectuais, cognitivos, culturais e, ainda, pela concepção de surdez de cada um.

Diante do exposto, dentro da corrente oralista, é importante destacar a relevância dos avanços tecnológicos para o surdo que deseja utilizar algum aparelho de ampliação sonora ou mesmo realizar o implante coclear, com a finalidade do ouvir e do falar. Como exposto neste escrito, o implante coclear é uma alternativa eficaz na aquisição da língua para o sujeito surdo, porém, em alguns casos, não se obtém o resultado esperado pelas famílias e até mesmo pela escola. Assim, para a eficácia das metodologias de oralização, se fazem necessários a participação ativa das famílias, acompanhamento fonoaudiológico e uma série de requisitos que envolvem a linguagem e que vão muito além da decodificação da fala.

Para o Bilinguismo, corrente pautada na Lei 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como língua oficial em nosso país, a linguagem do surdo faz sentido por meio da língua de sinais e pela interação com seus pares que devem ocorrer o quanto antes. Para tanto, a língua sinalizada para os surdos preenche os mesmos requisitos que a língua falada para os ouvintes, levando o surdo a se desenvolver em todos os aspectos.

Dito isto, podemos perceber que tanto o Oralismo quanto o Bilinguismo são correntes que estão ativas nos dias de hoje e possuem representatividade em defesa de sua atuação.

No entanto, é importante ressaltar que cada metodologia apresenta vantagens e desvantagens, devendo ser analisadas antes da sua escolha, dando prioridade à metodologia que trará maior aproveitamento ao sujeito surdo.

## Referências

BRASIL, **Lei 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_, **Decreto 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

COSTA, O. A., Bevilacqua, M. C., & Amantini, R. C. B. **Considerações sobre o implante coclear em crianças**. In M. C. Bevilacqua & A. L. M. Moret (Orgs.), **Deficiência auditiva:**

conversando com familiares e profissionais da saúde (pp. 123-138). São José dos Campos: Pulso, 2005

FORNAZARI, B. 2008, **Habilidades auditivas e conteúdos curriculares**- Processo simultâneo no indivíduo com implante coclear. In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Secretaria do Estado de Educação do Paraná. V. On-line ISBN 978-85-8015-039-1 Cadernos PDE. Vol. I.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª Ed. São Paulo: Pexus, 2002.

KALATAI, Patrícia. STREIECHEN, Eliziane Manosso. **As principais metodologias utilizadas na Educação dos Surdos no Brasil**. Irati, 2012. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf> Acessado em 24 de Jul de 2018.

LACERDA, C.B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Caderno CEDES, Campinas, v.19, n.46, p. 68-80, 1998.

LOBATO, Lak. Acessibilidade para surdos oralizados e as polêmicas. Disponível em: <https://desculpenaoouvi.laklobato.com/2011/09/07/acessibilidade-para-surdos-oralizados-e-as-polemicas/>. Acesso em 25 de Jul de 2018.

MARCHESI, A. **Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas: 2003.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Revinter: Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Surdez e Linguagem**. In: Língua Brasileira de Sinais. Coleção UAB-UFSCAR. São Carlos, 2011.

**MANIFESTO DE SURDOS ORALIZADOS**. Disponível em: [http://estacio.webaula.com.br/Cursos/tlsigt/docs/Aula\\_4\\_Manifesto\\_surdos\\_oralizados.pdf](http://estacio.webaula.com.br/Cursos/tlsigt/docs/Aula_4_Manifesto_surdos_oralizados.pdf). Acesso em: 15 Jul. 2018.

OLIVEIRA, J. A. **Implante coclear**. Medicina: Ribeirão Preto, 2005.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.